ROMINOR - COMÉRCIO, EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 84.696.814/0001-00

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão.

O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação dos acionistas as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024. Atendendo às disposições da Instrução CVM n° 381/03, a Companhia informa que no exercício social encerrado em 31/12/2024 não ocorreu a prestação de qualquer serviço que não seja o de auditoria das demonstrações financeiras, pela empresa Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Santa Bárbara d'Oeste, 04 de fevereiro de 2025.

A administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

Ativo	Nota Explicativa	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	8.542	10.670
Aplicações financeiras	6	27.555	16.000
Duplicatas a receber		3	3
Estoques	7	429	1.328
Impostos e contribuições a recuperar		257	126
		36.786	28.127
Outros investimentos	8	300	300
		300	300
Total do Ativo		37.086	28.427

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota Explicativa	2024	2023
Circulante			
Impostos e contribuições a recolher		21	30
Dividendos		3.923	1.820
Imposto de renda e contribuição social a recolher		403	128
Partes relacionadas	10	12	12
		4.359	1.990
Patrimônio Líquido	11		
Capital social		17.451	17.451
Reserva de capital		80	80
Reserva de lucros		15.196	8.906
Total do Patrimônio Líquido		32.727	26.437
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		37.086	28.427

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Reserva legal	Total	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2022	17.451	80	11.755	3.490	15.245	–	32.776
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	7.221	7.221
Dividendos pagos (equivalentes a R$1,06 por ação)	–	–	(11.755)	–	(11.755)	–	(11.755)
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(1.805)	(1.805)
Transferência entre reservas	–	–	5.416	–	5.416	(5.416)	–
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	–	–	(6.339)	–	(6.339)	–	(6.339)
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	17.451	80	5.416	3.490	8.906	–	26.437
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	15.608	15.608
Dividendos pagos (equivalentes a R$ 0,87 por ação)	–	–	(5.416)	–	(5.416)	–	(5.416)
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	(3.902)	(3.902)
Transferência entre reservas	–	–	11.706	–	11.706	(11.706)	–
Total de contribuições dos acionistas e distribuições aos acionistas	–	–	6.290	–	6.290	–	6.290
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	17.451	80	11.706	3.490	15.196	–	32.727

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto lucro por ação expresso em reais)

	Nota Explicativa	2024	2023
Receita operacional líquida	13	16.534	6.082
Custo dos produtos e serviços vendidos	7	(899)	(69)
Lucro Bruto		15.635	6.013
Receitas (Despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	14	(898)	(169)
Honorário da administração	14	(128)	(122)
		(1.026)	(291)
Lucro Operacional		14.609	5.722
Receitas (Despesas) financeiras			
Receitas financeiras	15	2.896	3.285
Despesas financeiras	15	(5)	(7)
		2.891	3.278
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		17.500	9.000
Imposto de renda e contribuição social	9	(1.892)	(1.779)
Lucro Líquido Do Exercício		15.608	7.221
Lucro Básico por Ação em Reais - R$	11	2,52	1,17

As Notas Explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	15.608	7.221
Outros resultados abrangentes	–	–
Lucro líquido abrangente do exercício	15.608	7.221

As Notas Explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota Explicativa	2024	2023
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		17.500	9.000
Variação nos ativos e passivos operacionais:			
Estoques		899	69
Impostos e contribuições a recuperar		(131)	(4)
impostos e contas a pagar		(9)	(200)
Caixa gerado nas operações		18.259	8.865
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro pagos		(1.617)	(2.318)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		16.642	6.547
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Aplicações financeiras		(11.555)	(16.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(11.555)	(16.000)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Dividendos pagos	11	(7.215)	(12.252)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(7.215)	(12.252)
Aumento (Redução) de caixa e Equivalentes De Caixa, Líquidos		(2.128)	(21.705)
Caixa e Equivalentes de Caixa - no Início do Exercício		10.670	32.375
Caixa e Equivalentes de Caixa - no Fim do Exercício		8.542	10.670

As Notas Explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
(Em milhares de reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Rominor - Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), domiciliada no município de Santa Bárbara d' Oeste, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Luiz de Queiroz, S/N. Constituída em 25 de novembro de 1992, sua controladora é a Romi S.A. A Companhia tem por objetivo principal a atividade imobiliária, inclusive incorporação, compra, venda e locação de imóveis próprios, a exploração de direitos imobiliários, por qualquer outra forma, a administração de bens próprios ou de terceiros, a intermediação de negócios imobiliários e corretagem em geral, inclusive seguro, prestação de fianças, avais, anuências e congêneres, representada pelas comissões recebidas de instituições financeiras, decorrente de garantias e avais, prestação de serviços relacionados com suas atividades e a participação em sociedades imobiliárias e outras, como sócia, quotista ou acionista.

2. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS: As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto se indicado de outra forma e, conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras (Nota 3). **2.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **2.2.1. Aplicações financeiras:** As aplicações financeiras são compostas por Certificados de Depósito Bancário (CDB) e operações compromissadas de instituições com baixo risco de crédito, apresentando rentabilidade predominantemente atrelada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. Em razão da Companhia efetuar aplicação com vencimentos acima de 90 dias e serem mantidos com a finalidade de investimento, por isso não atendem os critérios de reconhecimento de Caixa e equivalentes de caixa.**2.3. Ativos financeiros - recebíveis:** Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os recebíveis compreendem as "Contas a receber" (Nota 2.4). A Administração avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por "impairment" são incorridas somente se há evidência objetiva de "impairment" como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. **2.4. Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber da venda de imóveis e valores a receber de aluguéis de imóveis. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas esperadas para risco de créditos. **2.5. Estoques:** Os estoques são representados por terrenos e edificações. Os estoques são registrados pelo custo de aquisição. **2.6. Outros investimentos:** De acordo com o CPC 48 "Instrumentos Financeiros" um investimento em instrumento patrimonial que não tenha preço cotado em mercado ativo para instrumento idêntico (ou seja, informação de Nível 1) (ou ativo derivativo que seja vinculado a esse instrumento e que deva ser liquidado pela entrega desse instrumento), deve ser mensurado ao valor justo na data da aplicação inicial. O CPC 48 ainda estabelece que instrumentos de participação societária, quando não há controle, controle conjunto ou influência significativa, devem ser mensurados pelo seu "valor justo". Para valorização a valor justo deste instrumento financeiro a Companhia utilizou como referência as informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria entidade. **2.7. Passivos financeiros:** Classificação dos passivos financeiros: Instrumentos de dívida são classificados como passivos financeiros. Passivos financeiros são designados como outros passivos reconhecidos inicialmente a valor justo e mensurados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se do método dos juros efetivos. **2.8. Imposto de renda e contribuição social - Lucro Presumido:** A Companhia adotou a opção da legislação fiscal vigente referente à apuração do imposto de renda e da contribuição social com base no lucro fiscal presumido. Sendo assim, com base no Artigo 15 da Lei nº 9.429/95, os percentuais utilizados para a determinação das bases de cálculo são os seguintes: • 8% (IRPJ) e 12% (CSLL) sobre venda de mercadorias. • 32% sobre receitas e serviços. • 100% sobre os rendimentos financeiros. Sobre as bases de cálculo constituídas, o imposto de renda é calculado à alíquota de 15% acrescido do adicional de 10% sobre a receita que exceder R$240 ao ano, e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. **2.9. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos). **2.10. Capital social:** As ações ordinárias são apresentadas no patrimônio líquido. Não há ações preferenciais. **2.11. Distribuição de dividendos:** É reconhecida como passivo no momento em que os dividendos são propostos pela Administração. O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício, apurado de acordo com a legislação societária e as práticas contábeis adotadas no Brasil, sejam distribuídos como dividendos. A Companhia registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido pago durante o exercício. **2.12. Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de imóveis e de aluguéis de propriedades para investimento e por comissões recebidas de instituições financeiras por ser garantidora de fianças bancárias. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. **2.13. Outras receitas e despesas:** O resultado das operações é registrado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. **2.14. Adoção das CPCs novas e revisadas: 2.14.1. CPCs novas e alteradas em vigor no exercício corrente:** No exercício corrente, a Companhia aplicou alterações às CPCs emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1 de janeiro de 2024. A sua adoção não teve qualquer impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras. a) Alterações ao CPC 26 (R1) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes: A Companhia adotou as alterações ao CPC 26, publicadas em janeiro de 2020, pela primeira vez no exercício corrente. As alterações 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesa, ou as informações divulgadas sobre esses itens. As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes no final do período de relatório, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas no final do período de relatório, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços. **2.14.2. CPCs novas e revisadas já emitidas, porém ainda não adotadas:** Como parte do compromisso do CPC em adotar no Brasil todas as alterações introduzidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" nas IFRSs, alterações em determinados pronunciamentos contábeis já foram divulgadas pelo IASB, as quais ainda não estão vigentes e a Companhia não adotou de forma antecipada para a preparação dessas demonstrações financeiras. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. a) IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras (em substituição ao CPC 26 (R1)). A IFRS 18 substitui a IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras, transportando diversas das exigências na IAS 1 não alteradas e complementando-as com as novas exigências. Além disso, alguns parágrafos da IAS 1 foram movidos para a IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações. O IASB, também implementou pequenas alterações na IAS 7 - Demonstração do Fluxo de Caixa e IAS 33 - Lucro por Ação. A IFRS 18 introduziu novas exigências para: • apresentar categorias específicas e subtotais definidos na demonstração do resultado. • apresentar divulgações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas às demonstrações financeiras. • melhorarias vinculadas aos requisitos de agregação e desagregação de informações. A entidade deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. As alterações à IAS 7 e IAS 33, bem como a IAS 8 e IFRS 7 revisadas, entram em vigor quando a entidade aplicar a IFRS 18. A IFRS 18 exige aplicação retrospectiva com disposições de transição específicas. Os diretores da Companhia esperam que a aplicação dessas alterações tenha um impacto sobre as demonstrações financeiras no futuro. Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia. **3. USO DE ESTIMATIVAS:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer da Administração da Companhia o uso de estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas registrados, bem como a divulgação das demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas incluem a mensuração do valor justo de outros investimentos. Os resultados efetivos dessas transações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem divergir dessas estimativas.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO: 4.1. Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia a expõem a risco financeiro, principalmente por riscos de mercados (risco com taxa de juros). O programa de gestão de risco da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras são afetados pelas variações nas taxas de juros relacionadas ao CDI.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de limites de exposição. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados: • Caixa e equivalentes de caixa: reconhecidos pelo custo amortizado acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras, os quais se aproximam do seu valor de mercado. • Investimentos em ações: O investimento em ações da Santinvest S.A. Participações, classificado no grupo de outros investimentos e mensurados pelo valor justo no resultado da Companhia.

6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: O capital social em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, é representado por 6.191.156 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, integralmente autorizadas e integralizadas. Dividendos: O estatuto social prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado na forma da lei societária. A proposta de distribuição de dividendos e de constituição de reserva de lucros pela Administração à Assembleia Geral Ordinária é como segue:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	15.608	7.221
(–) Constituição de reserva legal	–	–
Lucro passível de distribuição	15.608	7.221
Dividendos mínimos obrigatórios	(3.902)	(1.805)
Dividendos propostos e distribuídos	–	–
Constituição de reserva de lucros	11.706	5.416
Percentual dos dividendos propostos sobre o lucro passível de distribuição	25%	25%

Em 30 de janeiro de 2024, foi aprovada pelo Conselho de Administração a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, referente ao exercício de 2023, no montante de R$1.805. Em 30 de janeiro de 2024, foi aprovada pelo Conselho de Administração a distribuição de dividendos complementares ao mínimo obrigatório, referente ao exercício de 2023, no montante de R$5.416. Em 8 de fevereiro de 2024 foi pago o total de R$7.215 referente a dividendos. Reserva legal: De acordo com o previsto no Artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deve ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não registrou valor como reserva legal, pois em 2012 já atingiu o limite de 20% do capital social. Reserva de lucros: Em conformidade com o Estatuto Social, o montante de lucros retidos no exercício, adicionados à reserva de lucros, teve sua destinação definida pelo Conselho de Administração em 4 de fevereiro de 2025, a ser ratificado pela Assembleia Geral Ordinária, que aprovará as demonstrações financeiras. Lucro por ação: O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	15.608	7.221
Média ponderada das ações no exercício - em milhares	6.191	6.191
Lucro básico por ação - em R$	2,52	1,17

O lucro básico por ação e o lucro diluído por ação são iguais pelo fato da Companhia não possuir nenhum instrumento, com efeito, diluidor sobre o lucro por ação.

7. EVENTOS SUBSEQUENTES: Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 4 de fevereiro de 2025, foi autorizada a distribuição de dividendos intermediários, referente ao exercício de 2024, no valor de R$11.706, a ser pago em 11 de março de 2025, sujeito a ratificação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 11 de março de 2025.

8. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para divulgação em 4 de fevereiro de 2025.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Américo Emílio Romi Neto - Presidente
Paulo Romi - Vice-Presidente
Eugênio Guimarães Chiti - Membro

DIRETORIA

Luiz Cassiano Rando Rosolen - Presidente
Fernando Marcos Cassoni - Vice-Presidente
Fábio Barbanti Taiar - Diretor

CONTADORA

Josiane Perdigão Gibin
CRC SP 202148/O-8
CPF 278.895.688-60

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Rominor - Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Rominor - Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rominor - Comércio, Empreendimentos e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 4 de fevereiro de 2025

Deloitte Touche Tohmatsu
Auditores Independentes Ltda.
CRC n° 2 SP 011609/O-8
Manoel P. da Silva
Contador - CRC n° 1 SP 205664/O-2

Deloitte.

ESTADÃO
VEM PENSAR COM A GENTE

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA

ABERTURA DE PROCESSO DE COMPRA

Entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, torna pública a abertura de processo de contratação, com base em seu **Regulamento de Compras,** cujos detalhes estão disponíveis no site (www.ffm.br).

CONCORRÊNCIA:

FFM 0109/2025-00 "EXECUÇÃO DE OBRA, REFORMA E ADEQUAÇÃO NO SETOR DE REABILITAÇÃO"
FFM 0124/2025-00 "MONTAGEM DE ESTANDE PARA NEFROUSP 2025"

ADJUDICAÇÃO – COMPRAS REGULAMENTO FFM

FFM 1397/2024-00 (RC 41.334) ABS SOLUÇÕES EM SAÚDE LTDA-EPP, 54.993.497/0001-15
FFM 1667/2024-00 (RC 41.664) RENCK DO BRASIL SERVIÇOS MEDICOS LTDA-EPP, 21.771.529/0001-89

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIPOCA – RETIFICAÇÃO DA PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 006.09/2022-01 – A Secretaria de Infraestrutura da Prefeitura Municipal de Itapipoca torna pública a **RETIFICAÇÃO** do Extrato do Contrato de Aditivo Nº 006.09/2022-01, publicado no dia 27/10/2023, ano XV – Edição n.º 202. Folha 111, Diário Oficial do Estado, Diário Oficial da União, Seção 3, Nº 205, 27/10/2023, Folha 298, O Estado de São Paulo, 27/10/2023, Folha B4, O Estado 27/10/2023, Folha 7 Informando que: **ONDE SE LÊ:** percentual em relação a Supressão ao Contrato Inicial: 2,02% (dois virgula zero dois por cento). **LEIA-SE: PERCENTUAL EM RELAÇÃO A SUPRESSÃO AO CONTRATO INICIAL: 2,03% (dois virgula zero três por cento). ONDE SE LÊ:** Valor Global R$: 9.743.262,43 (Nove Milhões, Setecentos e Quarenta e Três Mil, Duzentos e Sessenta e Dois Reais e Quarenta e Três Centavos)**. LEIA-SE: VALOR GLOBAL R$: 9.584.869,73** (Nove Milhões Quinhentos e Oitenta e Quatro Mil, Oitocentos e Sessenta e Nove Reais e Setenta e Três Centavos). **Antonio Vitor Nobre de Lima – Secretário Executivo de Despesas da Secretaria de Infraestrutura – SEINFRA.**